

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 52, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, nomeado pela Portaria nº 2.377, de 26 de novembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 27 de novembro de 2019, no uso de suas atribuições conferidas pelo art.18 do Decreto n.º 6.853, anexo I, de 15 de maio de 2009, e de acordo com a Portaria Mtur nº 390 de 18 de dezembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2019, seção 1, pág. 177, e em conformidade com art 38 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º - Designar, o servidor Luciano Camara de Oliveira, matrícula SIAPE Nº 1554911, para exercer o encargo de Substituto eventual da Coordenação de Planejamento, Orçamento e Finanças da Coordenação-Geral Estratégica, código FCPE 101.3, da Fundação Cultural Palmares, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo.

SÉRGIO NASCIMENTO DE CAMARGO

Controladoria-Geral da União**GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 372, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, considerando o que determina o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e o Decreto nº 9.681, de 3 de janeiro de 2019, e em atenção ao caput e inciso III do parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004, resolve:

Art. 1º Designar os servidores MARLOS MOREIRA DOS SANTOS, Diretor de Auditoria de Políticas de Infraestrutura, matrícula SIAPE nº 1432929, e CARLOS ROBERTO RUCHIGA CORRÊA FILHO, Chefe de Divisão na Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, matrícula SIAPE nº 1576021, para exercerem, respectivamente, os encargos de DIRETOR NACIONAL e COORDENADOR do Acordo de Cooperação Técnica Internacional - BRA/20/019: Ampliação da Capacidade Institucional para Regulação no Brasil, objeto do Processo nº 00190.110700/2019-30.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER DE CAMPOS ROSARIO

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA CNMP-PRESI Nº 15, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 12, XX e § 1º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 3º e 5º, da Portaria CNMP-PRESI nº 70, de 27 de março de 2014, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 19.00.4007.0003460/2020-46, resolve:

Art. 1º Alterar o inciso XII do art. 1º da Portaria CNMP-PRESI nº 96, de 14 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, seção 2, edição de 24 de junho de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....
.....

XII - CAROLINE MACIEL DA COSTA LIMA DA MATA, Procuradora Regional da República." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA CNMP-SG Nº 27, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2021

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no inciso XII, c/c o § 2º, do art. 1º da Portaria CNMP-PRESI nº 57, de 27 de maio de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 35, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como o que consta do Processo Administrativo SEI nº 19.00.1000.0000791/2021-35, resolve:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o Servidor Wilson Alves da Silva, ocupante do cargo de Analista Jurídico, matrícula nº 16.883, do exercício do Cargo em Comissão de Assessor - Nível III, código CC-3, da Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público, previsto na Lei nº 12.412/2011.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DANIEL AZEVEDO LÔBO

Ministério Público da União**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

PORTARIA Nº 91, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições previstas na Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, CONSIDERANDO o que consta do procedimento de gestão administrativa n.º 08191.008706/2021-64, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais e paridade, ao Promotor de Justiça deste Ministério Público ROMUALDO COVRE, matrícula 297, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019.

Art. 2º Declarar vago o cargo, em razão da referida aposentadoria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 98, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso XXXII, e o artigo 7º, inciso III, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5/5/2015, de acordo com o contido na Informação prestada pela Secretaria de Gestão de Pessoas - PGR-00036852/2021, e tendo em vista o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa PGEA n.º 1.00.000.022531/2020-50, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária ao servidor JORGE BAUER RODRIGUES MACHADO, matrícula n.º 18493-4, Técnico do MPU/Apoio Especializado/Segurança Institucional e Transporte, código TC 020102, classe C, padrão 13, da Carreira de Técnico do Ministério Público da União, com fundamento no artigo 40, §1º, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, c/c o §1º, do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 13/11/2019, observando-se as disposições contidas nos §§3º, 8º e 17, do artigo 40 da CF/1988, e aplicando-se o disposto no artigo 1º da Lei n.º 10.887, de 21/6/2004.

Art. 2º Declarar vago o referido cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUBER DELANO JOSE LISBOA FILHO

PORTARIA Nº 102, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, e artigo 7º, inciso III, do Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto no artigo 9º - inciso II da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PR-RJ-00009200/2021, resolve:

Nomear PEDRO FEDERICI ARAUJO, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível IV, CC-4, da Assessoria Jurídica Criminal no STJ, do Gabinete do Procurador-Geral da República, com exercício na Procuradoria da República no Rio de Janeiro, em vaga decorrente do apostilamento de Fellipe Luiz Fonseca de Carvalho, matrícula nº 29028, ocorrida em 31 de janeiro de 2021, publicada no DOU de 1º de fevereiro de 2021.

CLEUBER DELANO JOSE LISBOA FILHO

PORTARIA Nº 105, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, e artigo 7º, inciso III, do Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto nos artigos 9º - inciso II, 35 - inciso I e 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00038817/2021, resolve:

1. Exonerar AYRES CRISTINNE RABELO FERREIRA SANTOS, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, matrícula nº 20018, do cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, da Secretaria Executiva, da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

2. Dispensar WESLEY MOREIRA DE SOUSA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, matrícula nº 25489, da função de confiança de Secretário Nível II, FC-2, da Secretaria Executiva, da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

3. Nomear WESLEY MOREIRA DE SOUSA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, matrícula nº 25489, para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, da Secretaria Executiva, da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

4. Designar LUCIMEIRE CARNEIRO TAVARES, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 15817, para exercer a função de confiança de Secretária Nível II, FC-2, da Secretaria Executiva, da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

CLEUBER DELANO JOSE LISBOA FILHO

PORTARIA Nº 108, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, e artigo 7º, inciso III, do Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto nos artigos 9º - inciso II e 35 - inciso I da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00039507/2021, resolve:

1. Exonerar, a partir de 12 de fevereiro de 2021, BEATRIZ WATANABE SILVA, matrícula nº 30629, do cargo em comissão de Assessora-Chefe Nível II, CC-2, da Assessoria de Acompanhamento da Atividade Judicial, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

2. Apostilar a nomeação de MARTIN LOFFREDO NERY, matrícula nº 30289, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete Nível IV, CC-4, do Gabinete do Membro junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, realizada originalmente pela Portaria SGA nº 115, de 5 de fevereiro de 2019, publicada no DOU de 7 de fevereiro de 2019, para considerar a nomeação para exercer o cargo em comissão de Assessor-Chefe Nível II, CC-2, da Assessoria de Acompanhamento da Atividade Judicial, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

CLEUBER DELANO JOSE LISBOA FILHO

PORTARIA Nº 111, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 6º, inciso XXXII, e artigo 7º, inciso III, do Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista o disposto nos artigos 9º - inciso II e 35 - inciso I da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00041905/2021, resolve:

1. Exonerar DANIEL PEREIRA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 20043, do cargo em comissão de Assessor-Chefe Nível V, CC-5, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

2. Exonerar PABLO LAZO, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 5049, do cargo em comissão de Assessor Nível IV, CC-4, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

3. Exonerar JANE STAEL MARTINS DE MELO, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 2506, do cargo em comissão de Assessora Nível II, CC-2, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

4. Nomear JANE STAEL MARTINS DE MELO, Bacharela em Direito, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 2506, para exercer o cargo em comissão de Assessora-Chefe Nível V, CC-5, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

5. Nomear DANIEL PEREIRA DE OLIVEIRA, Bacharel em Direito, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 20043, para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível IV, CC-4, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

6. Nomear PABLO LAZO, Bacharel em Direito, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 5049, para exercer o cargo em comissão de Assessor Nível II, CC-2, do Gabinete do Subprocurador-Geral da República Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

CLEUBER DELANO JOSE LISBOA FILHO

